

DO MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO À CRISE DA MASCULINIDADE: DESAMPARO, HEGEMONIA E REINVENÇÃO DO SER HOMEM NA CONTEMPORANEIDADE

*FROM CIVILIZATION AND ITS DISCONTENTS TO THE CRISIS OF MASCULINITY:
HELPLESSNESS, HEGEMONY, AND THE REINVENTION OF MANHOOD IN
CONTEMPORARY SOCIETY*

Rubem Viana de Carvalho¹

Resumo: O artigo analisa a chamada crise da masculinidade como uma configuração historicamente situada do mal-estar constitutivo da vida contemporânea. Parte-se da hipótese de que o sofrimento masculino parte da desestabilização de uma promessa patriarcal: a de que a obediência aos mandatos de força, provisão, autoridade, heterossexualidade e invulnerabilidade garantiria reconhecimento e domínio. Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica, de abordagem qualitativa e interdisciplinar, que articula a metapsicologia freudiana, contribuições psicanalíticas contemporâneas e o campo crítico dos estudos sobre homens e masculinidades. O material bibliográfico foi submetido à análise temática de conteúdo, na perspectiva de Bardin, contemplando as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento interpretativo dos resultados. A análise foi orientada por quatro operadores definidos *a priori*: desamparo, renúncia pulsional, hegemonia e identificação. A partir de Connell e Messerschmidt, a masculinidade hegemônica é compreendida como um padrão relacional, múltiplo, mutável e hierarquizado, e não como uma personalidade masculina universal. O

estudo, a partir de pesquisas empíricas sobre trabalho e saúde mental evidenciam que os ideais de provedor, autossuficiência e desempenho convertem a vulnerabilidade em vergonha, dificultam a busca por cuidado e favorecem respostas agressivas ou autodestrutivas. Conclui-se que a crise pode funcionar tanto como reação defensiva à perda de privilégios quanto como abertura para masculinidades menos rígidas. À clínica e às políticas públicas cabe acolher o sofrimento sem restaurar a soberania masculina, sustentando responsabilização, elaboração afetiva, cuidado e democracia de gênero.

Palavras-chave: mal-estar; masculinidades; masculinidade hegemônica; psicanálise; gênero; sofrimento psíquico.

Abstract: This article analyzes the so-called crisis of masculinity as a historically situated configuration of the malaise inherent in contemporary life. It is based on the hypothesis that male suffering stems from the destabilization of a patriarchal promise: that compliance with mandates of strength, provision, authority, heterosexuality, and

¹ Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). Psicólogo pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca - Unifavip | Wyden. Pedagogo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA).



invulnerability would guarantee recognition and dominance. This is a qualitative, interdisciplinary, theoretical and bibliographic study that brings together Freudian metapsychology, contemporary psychoanalytic contributions, and the critical field of studies on men and masculinities. The bibliographic material was subjected to thematic content analysis based on Bardin's framework, encompassing the stages of pre-analysis, exploration of the material, and interpretative treatment of the results. The analysis was guided by four a priori operators: helplessness, drive renunciation, hegemony, and identification. Drawing on Connell and Messerschmidt, hegemonic masculinity is understood as a relational, multiple, mutable, and hierarchical pattern rather than a universal

male personality. Based on empirical research on work and mental health, the study shows that ideals associated with the provider role, self-sufficiency, and performance turn vulnerability into shame, hinder care-seeking, and foster aggressive or self-destructive responses. It concludes that the crisis may function either as a defensive reaction to the loss of privileges or as an opening toward less rigid masculinities. Clinical practice and public policies should acknowledge suffering without restoring male sovereignty, while fostering accountability, emotional elaboration, care, and gender democracy.

Keywords: *malaise; masculinities; hegemonic masculinity; psychoanalysis; gender; psychological suffering.*

1. INTRODUÇÃO

A ideia de crise designa, antes, a dificuldade de sustentar um modelo histórico de reconhecimento que associou o masculino à força, à provisão econômica, ao comando familiar, à atividade sexual, à racionalidade e à recusa da vulnerabilidade. Quando essas coordenadas deixam de funcionar como garantias incontestáveis, alguns homens experimentam desorientação, vergonha e ressentimento; outros encontram a oportunidade de construir relações menos hierárquicas. O mesmo abalo, portanto, pode alimentar restaurações autoritárias ou processos de reinvenção.

O texto-base que dá origem a este artigo situa corretamente a questão no horizonte freudiano do mal-estar. A vida coletiva não elimina o desamparo; ao oferecer proteção, pertencimento e linguagem, também exige renúncias e impõe limites à satisfação. O conflito não é um acidente que uma sociedade plenamente organizada poderia abolir. Ele integra a própria constituição do sujeito e retorna sob formas singulares de culpa, angústia, sintoma e agressividade. A contribuição decisiva de Freud consiste em retirar do sofrimento a expectativa

50



de solução total: a civilização administra tensões que ela mesma produz, mas não pode reconciliar definitivamente pulsão e norma (Freud, 1988).

Essa formulação estrutural, contudo, não autoriza reduzir toda época à mesma experiência. O mal-estar é inevitável, mas os ideais que o organizam, os grupos sobre os quais recaem suas maiores exigências e as narrativas disponíveis para interpretá-lo são históricos. No caso das masculinidades, o patriarcado distribuiu privilégios reais e, simultaneamente, prescreveu provas contínuas de hombridade. Ser reconhecido como homem dependeu de distanciar-se do feminino, demonstrar domínio sobre si e sobre outros, comprovar produtividade e heterossexualidade e suportar a dor sem pedir ajuda. Não existe contradição em afirmar que esse regime beneficia os homens como grupo e cobra de sujeitos concretos altos custos psíquicos; o problema aparece quando o sofrimento é usado para apagar a assimetria de poder.

Oliveira (1998) advertiu que parte do discurso sobre a masculinidade transforma o homem em vítima de seus próprios papéis sem interrogar a dominação que esses papéis sustentam. A crítica continua atual. Uma abordagem consistente precisa escapar tanto da celebração ingênua do “novo homem” quanto da nostalgia por uma virilidade perdida. Mudanças estéticas, maior participação doméstica ou disponibilidade para falar de sentimentos não significam, por si, redistribuição do poder. A pergunta decisiva não é apenas se os homens sofrem com os mandatos masculinos, mas como elaboram esse sofrimento: responsabilizando-se e revendo privilégios ou convertendo frustração em controle, misoginia, homofobia e violência.

O conceito de masculinidade hegemônica fornece uma ponte entre a dimensão subjetiva e a ordem social. Connell e Messerschmidt (2021) o retomam como ferramenta para investigar práticas que legitimam hierarquias de gênero em contextos concretos. A hegemonia não corresponde a uma lista fixa de traços nem descreve todos os homens. Ela indica um padrão cultural valorizado, sustentado por instituições, relações e consentimentos, diante do qual masculinidades subordinadas, marginalizadas, cúmplices ou contestatórias são posicionadas. Essa perspectiva permite compreender por que a crise não afeta todos da mesma maneira: raça,



classe, geração, território, orientação sexual, corporalidade e inserção laboral modificam recursos, vulnerabilidades e possibilidades de resposta.

O objetivo deste artigo é analisar como a crise contemporânea da masculinidade pode ser compreendida como modalidade historicamente situada do mal-estar na civilização. Especificamente, busca-se: distinguir o conflito estrutural entre pulsão e cultura das configurações sociais que o atualizam; examinar a masculinidade hegemônica como promessa de reconhecimento e dispositivo de poder; discutir manifestações contemporâneas do sofrimento masculino; e indicar consequências éticas para a psicanálise, a clínica ampliada e as políticas de cuidado. A hipótese defendida é que não está em curso o desaparecimento do masculino, mas a perda de evidência de um modelo que pretendia falar em nome de todos os homens.

2. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Trata-se de pesquisa teórico-bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter crítico-interpretativo. O corpus principal reúne o texto-base clássicos como O mal-estar na civilização (1930 [1929]), Totem e tabu (1913 [1912-1913]), Psicologia de grupo e análise do ego (1921) Problemas de gênero (2015) e estudos ressesntes como os de Connell, Messerschmidt (2021), Ambra (2018) Neves (2019), entre outros.

Do ponto de vista metodológico, adotou-se a análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016), adaptada à natureza teórico-bibliográfica da pesquisa. Essa escolha possibilitou organizar sistematicamente o corpus, identificar núcleos de sentido recorrentes e interpretar as articulações entre mal-estar civilizatório e crise da masculinidade. Na etapa de pré-análise, realizou-se a leitura flutuante das obras selecionadas, seguida da delimitação do corpus e da definição dos objetivos analíticos. Durante a exploração do material, foram identificadas unidades de registro relacionadas ao sofrimento masculino, às exigências civilizatórias, às normas de gênero e aos processos de constituição subjetiva. Na etapa de tratamento e



interpretação, examinaram-se recorrências, tensões, convergências e deslocamentos presentes nas argumentações dos autores.

A análise foi orientada por quatro operadores teóricos definidos a priori: desamparo, renúncia pulsional, hegemonia e identificação. Esses operadores funcionaram como categorias analíticas, permitindo codificar e agrupar os núcleos de sentido encontrados no corpus. O desamparo possibilitou compreender a ausência de uma garantia última capaz de assegurar estabilidade ao sujeito; a renúncia pulsional permitiu situar os conflitos e os custos subjetivos decorrentes do ingresso na cultura; a hegemonia orientou a análise da distribuição desigual de prestígio, reconhecimento e poder entre masculinidades e gêneros; e a identificação possibilitou examinar o caráter relacional, histórico e não essencial das posições sexuadas. Embora previamente definidas a partir do referencial teórico, essas categorias não foram aplicadas de maneira rígida, pois permaneceram abertas às contradições, às sobreposições e aos sentidos emergentes do material.

A escolha por esses operadores também permitiu preservar a especificidade epistemológica dos campos mobilizados. Não se pretendeu fundir a psicanálise e os estudos de gênero em uma teoria única, mas colocá-los em interlocução mediante uma análise categorial e interpretativa. Enquanto a psicanálise contribuiu para interrogar o desamparo, a divisão subjetiva, a renúncia pulsional e a singularidade dos processos identificatórios, os estudos críticos de gênero evidenciaram como normas, instituições e desigualdades participam da produção das experiências masculinas disponíveis. Desse modo, a análise de conteúdo de Bardin ofereceu um procedimento metodológico capaz de organizar o diálogo entre os referenciais sem apagar suas diferenças, articulando dimensões subjetivas, históricas, culturais e políticas da crise da masculinidade.

3. O MAL-ESTAR COMO CONDIÇÃO DO LAÇO CIVILIZATÓRIO

Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1988) parte de uma questão que permanece decisiva: por que os seres humanos, apesar dos recursos construídos para proteger-se da natureza e regular suas relações, não alcançam felicidade duradoura? A resposta desloca o



problema de uma falha moral individual para a estrutura ambivalente da cultura. A civilização protege contra a impotência e organiza a convivência, mas restringe a satisfação e exige que a agressividade seja contida, desviada ou interiorizada. O sujeito não ingressa numa ordem neutra; ele se constitui mediante interdições, identificações e ideais que tornam possível o laço ao mesmo tempo que produzem culpa e insatisfação.

A oposição entre pulsão e civilização não significa que existiria, antes da cultura, um indivíduo completo que depois foi artificialmente reprimido. O sujeito freudiano nasce em dependência radical e é atravessado pela linguagem, pelo cuidado e pelas expectativas de outros. O desamparo inicial não desaparece na vida adulta: ele é manejado por vínculos amorosos, crenças, instituições, pertencimentos e projetos. Quando tais apoios vacilam, torna-se visível que nenhuma autoridade pode garantir inteiramente o sentido, o amor ou a proteção. A experiência de crise atualiza essa falta de garantia e mobiliza tentativas de reconstruir certezas por meio de líderes, identidades rígidas ou comunidades imaginadas como homogêneas.

Totem e tabu oferece uma narrativa mítica sobre a passagem da soberania do pai primevo à lei compartilhada. Mais importante que tomar literalmente o assassinato do pai é perceber a operação conceitual: a interdição não deriva simplesmente da força de um chefe presente; ela passa a ser sustentada pelos próprios membros do grupo, ligados por culpa, identificação e renúncia (Freud, 1996a). Em Psicologia das massas e análise do eu, Freud (1996b) amplia essa análise ao mostrar como a identificação horizontal entre os membros depende da colocação de um mesmo objeto no lugar do ideal. A autoridade coletiva, portanto, combina vínculos libidinais, promessas de proteção e submissão a ideais.

A masculinidade patriarcal pode ser lida como uma dessas formações idealizadas. Ela oferece ao menino e ao homem uma resposta antecipada ao desamparo: seja forte, autônomo, provedor e desejante; ocupe o lugar daquele que protege, decide e não depende. A promessa é sedutora porque converte vulnerabilidade em projeto de domínio. Contudo, como nenhum sujeito coincide integralmente com o ideal, a virilidade precisa ser reiteradamente provada. O reconhecimento masculino torna-se instável e frequentemente depende do olhar dos pares, da



aprovação familiar, do desempenho profissional, da potência sexual e da capacidade de afastar tudo que seja codificado como feminino.

Nessa perspectiva, a crise não se inicia apenas quando as mulheres entram no mercado de trabalho ou quando se ampliam direitos sexuais. Ela está latente na própria impossibilidade de realizar plenamente o ideal. As transformações sociais tornam essa impossibilidade mais visível e retiram legitimidade de compensações tradicionais. O homem pode trabalhar e não conseguir prover; pode exercer autoridade e não ser obedecido; pode desejar e não corresponder ao padrão de potência; pode formar uma família sem ocupar o centro soberano. O que antes era atribuído a fracassos privados aparece como inconsistência de uma norma social que prometia mais do que poderia entregar.

Birman (2003) ajuda a pensar a passagem de uma cartografia vertical, centrada em autoridades soberanas, para formas de regulação mais horizontais e instáveis. Isso não implica o desaparecimento da lei nem a dissolução automática de todas as referências. O que se fragiliza é a fantasia de que um centro único organizaria a experiência. Em sociedades atravessadas pelo individualismo e pelo imperativo de desempenho, cada sujeito é convocado a produzir a si mesmo e responsabilizado isoladamente por sucessos e fracassos. O desamparo, então, já não é apenas contido pela tradição; ele também é explorado por mercados que oferecem identidades, corpos, estilos de vida e técnicas de aperfeiçoamento como soluções consumíveis.

Para os homens, essa lógica intensifica uma contradição. O ideal clássico exige autossuficiência; a economia contemporânea, porém, multiplica dependências precárias e torna incertos o emprego, a renda e o reconhecimento. O indivíduo é convidado a provar valor por resultados que não controla inteiramente. A masculinidade pode converter essa contingência em vergonha pessoal: desemprego vira incapacidade de ser homem; sofrimento psíquico vira fraqueza; necessidade de cuidado vira fracasso moral. A agressividade, que Freud localiza como problema central da civilização, encontra assim roteiros de gênero que autorizam sua projeção sobre mulheres, crianças, homens subalternizados ou sobre o próprio corpo.



4. MASCULINIDADE: IDENTIFICAÇÃO, NORMA E HEGEMONIA

A articulação entre mal-estar e masculinidade requer abandonar o determinismo anatômico. Masculino e feminino não são resultados automáticos de corpos sexuados, e a psicanálise oferece recursos para esse deslocamento quando distingue pulsão de instinto. A pulsão não possui objeto natural previamente fixado; sua satisfação depende da história libidinal e dos circuitos singulares construídos pelo sujeito. Lima e Vorcaro (2020) sublinham o potencial desnaturalizador dessa formulação, embora reconheçam que tradições psicanalíticas também reproduziram vocabulários patologizantes e normas heterossexuais. A herança freudiana, portanto, precisa ser trabalhada criticamente, e não usada como autoridade imune à história.

Neves (2019) demonstra que a psicanálise se torna prática normalizadora quando ignora a variabilidade histórica de seus conceitos, trata a teoria como exterior às relações de poder e utiliza a diferença sexual para prescrever destinos. Em contrapartida, o diálogo com teorias de gênero pode ampliar a escuta sem reduzir o inconsciente a uma construção sociológica. A pergunta clínica deixa de ser qual identidade estaria correta e passa a investigar como cada sujeito se relaciona com as nomeações disponíveis, que conflitos essas nomeações organizam e que formas de sofrimento são produzidas quando a vida não cabe no roteiro esperado.

A contribuição de Ambra (2018) é especialmente fecunda nesse ponto. Ao aproximar a identificação lacaniana da performatividade, o autor propõe compreender o gênero como resposta reiterada ao desejo do Outro. A identidade não precede os atos; estabiliza-se retrospectivamente a partir de repetições corporais, linguísticas e relacionais (Butler, 2015). A anatomia participa desse processo, mas não fala por si: recebe sentidos no discurso familiar, médico e social. Em síntese, “as identidades sexuais são [...] o que os sujeitos oferecem ao Outro na esperança de preencher uma falta que os constitui” (Ambra, 2018, p. 49). A citação não define uma essência, mas destaca o endereçamento e a demanda de reconhecimento.

Essa formulação ajuda a compreender por que a masculinidade pode adquirir caráter compulsório. O menino aprende que certos gestos, afetos, brincadeiras, roupas, desejos e posições corporais serão reconhecidos como masculinos, enquanto outros podem expô-lo à uma



suposta ridicularização ou à exclusão. O grupo de pares funciona como tribunal cotidiano da virilidade. Na coletânea organizada por Olavarria (2003), estudos latino-americanos mostram como adolescência, sexualidade, risco, trabalho, violência e paternidade participam da validação pública do tornar-se homem. A masculinidade não é apenas sentida internamente; ela é negociada em relações e instituições que distribuem pertencimento e sanções.

O conceito de hegemonia impede que essa diversidade seja convertida num inventário neutro de estilos. Connell e Messerschmidt (2021) defendem quatro movimentos: complexificar a hierarquia de gênero; reconhecer a geografia local, regional e global das masculinidades; considerar a incorporação e o corpo; e examinar as dinâmicas pelas quais padrões dominantes se transformam. A masculinidade hegemônica não é necessariamente a mais comum. Ela é a configuração que, em determinado contexto, legitima a superioridade dos homens e a subordinação de mulheres e as masculinidades desvalorizadas como as homossexuais ou transsexuais. Seu poder depende tanto de coerção quanto de consentimento, imitação, aspiração e cumplicidade.

Oliveira (1998) antecipa uma advertência compatível com essa revisão: flexibilizar comportamentos masculinos não equivale a desfazer hierarquias. Um homem pode cuidar da aparência, participar da criação dos filhos ou declarar sensibilidade e, ainda assim, conservar prerrogativas na divisão do trabalho, na sexualidade e na tomada de decisões. Por isso, a categoria “novo homem” deve ser examinada à luz de classe, raça e acesso a recursos. Homens com maior capital econômico e cultural podem adotar elementos associados ao feminino sem perder reconhecimento, enquanto homens marginalizados podem recorrer à virilidade como uma das poucas fontes disponíveis de status. Não se trata de justificar o machismo pela pobreza, mas de localizar suas diferentes condições de reprodução.

5. DA CRISE DA MASCULINIDADE À CRISE DA HEGEMONIA

A expressão crise da masculinidade ganhou força quando transformações sociais abalaram o monopólio masculino sobre espaços públicos, trabalho remunerado, autoridade familiar e definição legítima da sexualidade (Ceccarelli, 1998). Movimentos feministas e LGBTQIA+ não criaram o mal-estar dos homens; eles tornaram contestáveis privilégios e



exclusões antes naturalizados. A diferença é fundamental. Responsabilizar mulheres e dissidências pela crise converte a perda de uma posição exclusiva em dano injusto e alimenta a fantasia de restauração. Reconhecer a historicidade do modelo permite compreender que a equidade de direitos não retira humanidade dos homens: retira a garantia de centralidade.

Silva (2006) já propunha ler a crise como crítica às identidades fixas e à literatura masculinista que universaliza o ponto de vista de determinados homens. O singular “o homem” encobre diferenças entre homens negros e brancos, heterossexuais e gays, cisgêneros e trans, trabalhadores formais e desempregados, jovens e idosos, urbanos, rurais e indígenas. A crise tem densidades distintas: para alguns, significa perda de autoridade; para outros, intensificação da precariedade; para outros ainda, abertura para viver formas de afeto e desejo antes punidas. Uma teoria adequada precisa captar essas simultaneidades sem estabelecer uma experiência masculina universal.

É mais preciso falar em crise da hegemonia do que em crise do masculino. A hegemonia entra em crise quando seus enunciados já não obtêm consentimento automático e quando práticas subordinadas influenciam o padrão dominante. Isso não significa que a dominação tenha terminado. Modelos antigos e novos coexistem, combinam-se e podem produzir masculinidades híbridas: discursos igualitários convivem com a recusa da divisão efetiva do cuidado; a valorização da paternidade afetiva pode coexistir com controle conjugal; a estética menos rígida pode ocultar a permanência de privilégios. A mudança é real, mas contraditória.

Pesquisa recente com universitários do sul do Chile ilustra essa coexistência. Arias-Lagos e Peña-Axt (2025) encontraram, ao lado de mandatos de proteção, sucesso profissional e virilidade heterossexual, narrativas que questionam papéis tradicionais e afirmam igualdade de gênero. O resultado desautoriza tanto a ideia de continuidade absoluta quanto a de substituição completa. Processos geracionais não produzem uma linha evolutiva simples em direção a masculinidades “melhores”; oferecem repertórios concorrentes que os sujeitos articulam segundo suas relações, trajetórias e posições sociais.

A crise também envolve o declínio da associação imaginária entre homem, falo e poder. Em parte da literatura psicanalítica, esse deslocamento foi descrito como falência da função



paterna. Essa interpretação precisa ser usada com cautela para não transformar o patriarcado em condição da simbolização. A função de limite, diferença e separação não pertence naturalmente ao pai homem nem depende da supremacia masculina. Confundir função simbólica com autoridade patriarcal leva a diagnosticar famílias diversas, autonomia feminina e dissidências de gênero como sintomas de desordem social. A crítica de Neves (2019) mostra o risco clínico e político dessa operação.

Do ponto de vista do sujeito, a perda de uma garantia fálica pode ser vivida como castração intolerável, mas também como encontro com um fato que sempre esteve presente: ninguém possui o significante capaz de completar o Outro. O problema não é que os homens tenham sido subitamente castrados pela modernidade; é que determinados arranjos sociais mascararam a falta por meio de privilégios e assimetrias. Quando o véu se rompe, torna-se possível responsabilizar-se pelo próprio desejo sem exigir que mulheres, filhos ou parceiros confirmem continuamente a potência masculina.

A palavra crise preserva, assim, uma ambivalência produtiva. Ela nomeia sofrimento, conflito e risco de respostas regressivas, mas também um momento de decisão. Se interpretada como perda injusta de um direito ao comando, favorece ressentimento e violência. Se elaborada como desnaturalização de um ideal impossível, permite ampliar a experiência masculina: pedir ajuda, cuidar, depender, fracassar, desejar de formas não normativas, participar da vida doméstica e construir intimidade sem que isso seja vivido como feminização degradante. A crise não garante transformação; apenas abre um campo em disputa.

6. EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DO MAL-ESTAR MASCULINO

6.1 Trabalho, provisão e valor social

O trabalho permanece um dos principais suportes da identidade masculina. A norma do provedor promete pertencimento, autonomia e autoridade a quem sustenta a si e à família. Em contextos de desemprego, informalidade e renda instável, essa promessa se torna fonte intensa de humilhação. Albuquerque (2024), em pesquisa com homens usuários de serviços de atenção psicossocial, mostra que a ausência de trabalho é significada como diminuição da própria



condição masculina. O valor do homem confunde-se com produtividade e poder de compra, de modo que a marginalização de classe atua em conjunto com o ideal de masculinidade na coprodução do sofrimento.

Esse achado permite atualizar a leitura freudiana. O mal-estar não é apenas renúncia sexual diante da lei; passa pelas exigências de desempenho que organizam o ideal do eu. O sujeito compara-se a um modelo de sucesso e interioriza como culpa aquilo que também resulta de desigualdades econômicas. A cultura neoliberal individualiza a falha: desemprego, endividamento e precariedade parecem demonstrar incapacidade pessoal, embora sejam fenômenos coletivos. Quando falar do sofrimento ameaça a imagem de autossuficiência, o homem pode silenciar, isolar-se ou transformar impotência social em agressividade privada.

6.2 Corpo, sexualidade e desempenho

O corpo masculino contemporâneo também se torna palco de vigilância. Ao mandato tradicional de força somam-se exigências de juventude, definição muscular, consumo estético e performance sexual. A aparente flexibilização não extingue a norma; frequentemente multiplica critérios de avaliação. O sujeito deve ser forte sem parecer bruto, sensível sem perder autoridade, cuidadoso com a aparência sem cruzar fronteiras que os pares considerem femininas, disponível ao afeto e permanentemente potente. A pluralidade de modelos pode ampliar escolhas, mas também produzir a sensação de que nenhuma atuação é suficiente.

Segundo Lima; Vorcaro (2020), a sexualidade concentra esse impasse porque a ereção, a iniciativa e o número de experiências ainda funcionam como provas públicas ou imaginárias de masculinidade. Quando o desempenho falha, a angústia pode ser vivida como perda global de identidade, e não como acontecimento corporal situado. A psicanálise contribui ao deslocar o desejo da lógica de eficiência. Se a pulsão não possui objeto natural e a sexuação não coincide obrigatoriamente com identidade, anatomia ou orientação, a clínica não deve restabelecer um padrão viril, mas investigar que demanda de reconhecimento organiza o sofrimento.



6.3 Afetos, violência e busca por cuidado

A educação masculina frequentemente empobrece o vocabulário afetivo ao tolerar raiva e desprezo, mas punir medo, tristeza, ternura e dependência. Isso não significa que homens sintam menos; significa que determinados afetos têm menor legitimidade e encontram menos caminhos de simbolização. A atuação pode ocupar o lugar da palavra: consumo abusivo de álcool e outras drogas, exposição a riscos, agressões, controle de parceiros, isolamento ou violência contra si. A associação entre masculinidade e invulnerabilidade transforma o reconhecimento da dor numa ameaça adicional, fazendo com que o sujeito sofra também por sofrer.

Rocha e Zucchi (2025), em estudo narrativo com homens atendidos em serviços de saúde mental, identificaram agressividade, violência e tentativas de suicídio em biografias marcadas por fracasso pessoal e profissional. Os relatos mostraram a influência dos ideais de provedor, autossuficiência e invulnerabilidade e, em alguns casos, a atribuição do sofrimento a figuras femininas. O dado é clinicamente importante: a dor é real, mas sua explicação pode reproduzir misoginia e ocultar precariedade, abandono paterno, falta de redes e barreiras de acesso às políticas públicas. Escutar não equivale a confirmar a narrativa defensiva; implica acolher o sofrimento e trabalhar suas formas de responsabilização.

As autoras também mostram que a busca por cuidado tende a ocorrer quando o sofrimento se torna insuportável. A postergação protege imaginariamente a virilidade, mas amplia riscos e reduz possibilidades de intervenção precoce. Depois do acesso, surgem movimentos de adesão e contestação: alguns homens encontram linguagem e vínculo para elaborar experiências; outros administram medicações ou abandonam atividades para preservar trabalho, controle e desempenho sexual. O cuidado efetivo precisa considerar essas normas de gênero sem estereotipar todos os usuários e sem reduzir o tratamento à correção de comportamentos masculinos.



6.4 Plataformas digitais e empreendedorismo de si

As plataformas digitais ampliaram a circulação de vocabulários sobre “masculinidade tóxica”, inteligência emocional e relacionamentos. Essa visibilidade pode oferecer reconhecimento a homens que antes não encontravam palavras para suas experiências e favorecer a crítica à violência. Ao mesmo tempo, a lógica das redes tende a condensar conflitos complexos em identidades, fórmulas e promessas de rápida transformação. O mal-estar converte-se em nicho: influenciadores, cursos e comunidades oferecem roteiros para recuperar autonomia, controlar emoções, melhorar o desempenho afetivo e tornar-se uma versão supostamente saudável de homem.

Denkin e Balieiro (2023), ao analisarem páginas de aconselhamento masculino no Instagram, mostram que o questionamento de padrões patriarcais pode articular-se ao empreendedorismo de si. A superação da masculinidade “tóxica” aparece vinculada ao consumo de práticas terapêuticas e à construção individual de um sujeito autônomo e autorrealizado. Há uma ambivalência importante: conteúdos podem legitimar sentimentos e relações não violentas, mas também reembarlar a autossuficiência em linguagem terapêutica. Em vez de interrogar condições coletivas, divisão do cuidado e desigualdades, a solução retorna como investimento privado que o homem deve realizar sobre si.

Essa mercantilização atualiza a promessa patriarcal sem necessariamente repeti-la em sua forma tradicional. O domínio sobre mulheres pode ceder lugar ao domínio absoluto das próprias emoções, do corpo e da carreira; a invulnerabilidade reaparece como gestão eficiente da vulnerabilidade. Uma clínica orientada pelo mal-estar recusa a fantasia de otimização total. Elaborar não é tornar-se imune à dependência, à perda ou à ambivalência, mas construir modos de atravessá-las sem violência e sem exigir garantias impossíveis. O valor de espaços digitais e coletivos deve ser avaliado, portanto, por sua capacidade de favorecer vínculo, responsabilidade e transformação relacional, e não apenas por vender uma identidade masculina atualizada.



7. IMPLICAÇÕES ÉTICAS, CLÍNICAS E POLÍTICAS

Uma clínica do mal-estar masculino não deve constituir uma nova especialidade baseada numa essência do homem. Seu ponto de partida é a singularidade, mas uma singularidade atravessada por discursos e desigualdades. Perguntar como o sujeito aprendeu a ser reconhecido como homem, quais afetos lhe foram proibidos, que lugar o trabalho e a sexualidade ocupam em seu ideal e como ele responde à perda de controle amplia a escuta. Ao mesmo tempo, o analista precisa interrogar os próprios pressupostos para não converter heterossexualidade, família patriarcal ou identificação cisgênera em desfechos normais da análise.

Lima e Vorcaro (2020) propõem sustentar o potencial subversivo da psicanálise sem ignorar críticas provenientes dos estudos de gênero. Essa posição evita duas reduções: submeter a clínica a identidades tomadas como totalmente transparentes ou usar a divisão subjetiva para desqualificar nomeações políticas. “Homem”, “mulher”, “gay”, “trans” e outras categorias são significantes que possibilitam pertencimento, direitos e inteligibilidade, mas não esgotam o sujeito. A escuta pode respeitar a autodefinição e, simultaneamente, investigar conflitos, fantasias e modos de gozo sem supor que a verdade esteja pronta no rótulo ou contra ele.

No trabalho com homens, acolhimento e responsabilização precisam caminhar juntos. O sofrimento causado por desemprego, separação, racismo, homofobia, pobreza ou perda de status não deve ser minimizado. Contudo, compreendê-lo não legitima controlar parceiras, abandonar filhos, agredir ou exigir restauração de privilégios. A intervenção ética ajuda a diferenciar vulnerabilidade de vitimização: a primeira reconhece dependência, limite e necessidade de cuidado; a segunda pode funcionar como narrativa que inocenta o sujeito e desloca toda culpa para mulheres, feminismos ou minorias.

Políticas públicas de saúde, educação e assistência podem criar condições coletivas para essa elaboração. Serviços acessíveis em horários compatíveis, busca ativa, grupos de homens, ações em escolas e locais de trabalho e formação das equipes sobre gênero favorecem vínculo. Entretanto, não basta adaptar mensagens à linguagem da virilidade, como se o cuidado precisasse ser vendido como nova prova de força. É necessário ampliar o repertório de reconhecimento: cuidado, reciprocidade, paternidade presente, cooperação, prazer não



performático e capacidade de pedir ajuda devem ser legitimados como experiências humanas, e não como concessões do masculino ao feminino.

A prevenção da violência exige atuar antes da situação-limite. Isso inclui educação sexual não sexista, discussão sobre consentimento, trabalho com ciúme e frustração, aprendizagem de resolução não violenta de conflitos e crítica ao policiamento da masculinidade entre pares. A coletânea de Olavarria (2003) mostra que a adolescência é período estratégico porque práticas de risco e validação homosocial participam da formação identitária. Intervenções eficazes não tratam jovens como agressores potenciais por natureza; criam espaços para questionar os ganhos e custos dos modelos disponíveis e para experimentar relações mais equitativas.

A democracia de gênero, expressão retomada por Connell e Messerschmidt (2021), oferece horizonte mais consistente que a celebração abstrata de “novas masculinidades”. O critério de mudança não é a aparência moderna do homem, mas a transformação de relações: quem cuida, quem decide, quem pode falar, quem suporta o custo do trabalho doméstico, quem tem sua sexualidade reconhecida e como conflitos são negociados. Uma masculinidade menos rígida não se mede apenas por sensibilidade declarada; mede-se pela disposição de dividir poder e de sustentar a alteridade sem transformá-la em ameaça.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem do mal-estar na civilização à crise da masculinidade não descreve uma sequência causal simples, mas uma mudança de escala analítica. Freud permite compreender que o conflito entre satisfação, limite, agressividade e laço social é constitutivo. Os estudos de gênero e masculinidades mostram que esse conflito recebe formas históricas, distribui poder de modo desigual e oferece roteiros específicos de reconhecimento. A masculinidade hegemônica foi um desses roteiros: prometeu proteção contra o desamparo mediante força, autonomia, provisão e domínio, mas nunca pôde eliminar a falta e exigiu provas contínuas de virilidade.

As transformações contemporâneas retiram naturalidade dessa promessa. Mulheres, feminismos, movimentos LGBTQIA+, mudanças familiares e novas formas de trabalho não



causam a crise como agentes externos que teriam destruído uma ordem saudável. Eles evidenciam contradições, ampliam direitos e desestabilizam a exclusividade masculina. A crise torna-se perigosa quando a perda de centralidade é interpretada como humilhação que deve ser vingada; torna-se produtiva quando permite reconhecer que a autoridade patriarcal não é condição do simbólico e que dependência, cuidado e vulnerabilidade pertencem à experiência de todos.

Os estudos recentes examinados confirmam que trabalho, desempenho e invulnerabilidade continuam organizando sofrimento masculino. A precariedade laboral pode ser vivida como perda do estatuto de homem; a dificuldade de nomear afetos adia a busca por cuidado; a dor pode aparecer como agressividade, autoviolência ou culpabilização do feminino. Tais manifestações não autorizam generalizações sobre todos os homens, mas revelam efeitos concretos de normas que se articulam a classe, raça, geração, sexualidade e território. Por isso, qualquer intervenção precisa ser situada e atenta às masculinidades subordinadas e marginalizadas.

Conclui-se que a tarefa clínica e política não é recompor um modelo masculino único. É sustentar condições para que sujeitos elaborem o desamparo sem convertê-lo em soberania sobre o outro. Isso implica escutar o sofrimento, interrogar privilégios, favorecer responsabilização e produzir redes de cuidado. A crise da masculinidade pode então deixar de ser lida como decadência do homem e tornar-se ocasião para desatar masculinidade de violência, poder de domínio e silêncio afetivo. Não se trata de ensinar uma nova essência masculina, mas de ampliar as possibilidades éticas de existir, desejar e conviver.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Fernando Pessoa de. “Um homem sem trabalho não é nada!”: trabalho, classe e masculinidades em serviços de atenção psicossocial. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 36, e52482, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/2024/v36/52482>.

AMBRA, Pedro. Gênero e identificação. **Stylus: Revista de Psicanálise**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 35-50, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31683/stylus.v0i35.47>.



ARIAS-LAGOS, Loreto; PEÑA-AXT, Juan Carlos. Masculinidades en transformación: significados de los relatos de universitarios del sur de Chile. **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 81, p. 179-197, 2025. DOI: <https://doi.org/10.17141/iconos.81.2025.6151>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIRMAN, Joel. Soberania, crueldade e servidão: mal-estar, subjetividade e projetos identitários na modernidade. In: PINHEIRO, Teresa (org.). **Psicanálise e formas de subjetivação contemporâneas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 9. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A construção da masculinidade. **Percurso**, São Paulo, n. 19, p. 49-56, 1998.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidad hegemónica: repensando el concepto. Tradução e comentários de Matías de Stéfano Barbero e Santiago Morcillo. **RELIES: Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades**, Sevilha, n. 6, p. 32-62, 2021. DOI: <https://doi.org/10.46661/relies.6364>.

DENKIN, Bruna Loureiro; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Masculinidades e aconselhamento nas mídias digitais: subjetivação e empreendedorismo de si em páginas do Instagram. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 39, e22308, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2023.39.e22308.a.pt>.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1913 [1912-1913]). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. XIII, p. 11-162.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do ego (1921). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. XVIII, p. 79-154.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930 [1929]). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1988. v. XXI, p. 65-148.

LIMA, Vinícius Moreira; VORCARO, Ângela Maria Resende. O pioneirismo subversivo da psicanálise nos debates de gênero e sexualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, e192180, p. 1-13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003192180>.



NEVES, Rafael Cavalheiro. **Caos, norma e possibilidades de subversão: psicanálise nas encruzilhadas do gênero**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/200814>. Acesso em: 15 jul. 2026.

OLAVARRÍA, José (ed.). **Varones adolescentes: género, identidades y sexualidades en América Latina**. Santiago: FLACSO-Chile; FNUAP; Red de Masculinidad/es, 2003.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 91-112, 1998.

ROCHA, Rafaela; ZUCCHI, Eliana Miura. Masculinidades e narrativas de sofrimento mental e autocuidado. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 29, supl. 1, e240357, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.240357>.

SILVA, Sergio Gomes da. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 118-131, 2006.

